

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
Total	97.112
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.999.044	2.927.738
1.01	Ativo Circulante	976.460	939.442
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.327	69.656
1.01.02	Aplicações Financeiras	211.411	174.377
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	211.411	174.377
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e recursos Vinculados	211.411	174.377
1.01.03	Contas a Receber	384.722	355.136
1.01.03.01	Clientes	382.326	352.742
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	382.326	352.742
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.396	2.394
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	2.396	2.394
1.01.04	Estoques	6.818	7.050
1.01.06	Tributos a Recuperar	177.388	186.580
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	177.388	186.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	128.794	146.643
1.01.08.03	Outros	128.794	146.643
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	22.769	43.131
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33.272	32.005
1.01.08.03.04	Outros créditos	72.753	71.507
1.02	Ativo Não Circulante	2.022.584	1.988.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	811.395	805.275
1.02.01.04	Contas a Receber	76.242	73.525
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	76.242	73.525
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.215	49.499
1.02.01.07.01	Créditos tributários	46.215	49.499
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	688.938	682.251
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	296.246	303.461
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	107.676	105.404
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	230.455	217.816
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	27.883	29.603
1.02.01.10.09	Outros créditos	26.678	25.967
1.02.02	Investimentos	548	580
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	548	580
1.02.03	Imobilizado	25.059	25.408
1.02.04	Intangível	1.185.582	1.157.033
1.02.04.01	Intangíveis	1.185.582	1.157.033
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	105.004	83.924
1.02.04.01.04	Intangíveis	1.080.578	1.073.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.999.044	2.927.738
2.01	Passivo Circulante	1.057.634	964.661
2.01.02	Fornecedores	250.480	264.641
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	250.480	264.641
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	382.202	328.198
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	224.211	219.193
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.985	104.661
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	119.226	114.532
2.01.04.02	Debêntures	157.991	109.005
2.01.05	Outras Obrigações	424.952	371.822
2.01.05.02	Outros	424.952	371.822
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	65.218	380
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	78.700	71.424
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	11.137	10.606
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	26.242	31.796
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	4.115	4.115
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	10.223	9.273
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	92.417	81.953
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	301	0
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	43.810	42.828
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31.920	34.220
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	98	108
2.01.05.02.17	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	18.976	48.573
2.01.05.02.18	Outros passivos	28.568	23.319
2.02	Passivo Não Circulante	1.363.334	1.366.053
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	907.676	966.510
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	392.446	392.423
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	331.411	332.830
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	61.035	59.593
2.02.01.02	Debêntures	515.230	574.087
2.02.02	Outras Obrigações	439.753	384.492
2.02.02.02	Outros	439.753	384.492
2.02.02.02.03	Fornecedores	7.406	7.232
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	128.462	123.254
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	32.281	31.227
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	15.146	13.126
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	22.567	8.797
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	1.618	2.160
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	570	527
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	230.918	197.322
2.02.02.02.15	Outros passivos	785	847
2.02.04	Provisões	15.905	15.051
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.905	15.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03	Patrimônio Líquido	578.076	597.024
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717
2.03.02	Reservas de Capital	1.644	1.856
2.03.02.07	Reservas de capital	1.644	1.856
2.03.04	Reservas de Lucros	12.663	77.500
2.03.04.01	Reserva Legal	12.663	12.663
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	64.837
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.157	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-17.105	-17.049

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	580.240	544.344
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-452.366	-415.264
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-232.269	-222.160
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-109.612	-90.320
3.02.03	Pessoal e administradores	-18.351	-16.000
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-613	-478
3.02.05	Material	-4.324	-3.675
3.02.06	Serviços de terceiros	-9.449	-9.122
3.02.07	Amortização e depreciação	-17.071	-15.874
3.02.08	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-2.641	-1.585
3.02.09	Custo de construção	-55.838	-54.376
3.02.10	Outros	-2.198	-1.674
3.03	Resultado Bruto	127.874	129.080
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.301	-34.239
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.492	-29.944
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-6.602	-5.964
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-240	-358
3.04.02.03	Material	-1.613	-2.320
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-16.887	-15.257
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-2.660	-1.756
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-3.765	-1.136
3.04.02.07	Outras	-2.725	-3.153
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	937	468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.746	-4.763
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	87.573	94.841
3.06	Resultado Financeiro	-19.255	-27.597
3.06.01	Receitas Financeiras	20.192	23.877
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	5.057	3.781
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	7.045	5.911
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-985	-1.164
3.06.01.05	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	5.404	8.166
3.06.01.06	Atualização financeira de ativos setoriais	0	2.216
3.06.01.08	Outras receitas financeiras	3.671	4.967
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.447	-51.474
3.06.02.01	Encargos da dívida - juros	-28.277	-26.290
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-14.681	-3.912
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	-4.032	2.467
3.06.02.05	Marcação a mercado dívida	4.159	-1.143
3.06.02.06	Atualização financeira de passivos setoriais	7.433	-191
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-403	-157
3.06.02.08	Atualização contingência	-453	-331
3.06.02.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	2.640	-10.447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.06.02.10	Transferência para ordens em curso	751	824
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	345	764
3.06.02.12	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-4.250	-8.003
3.06.02.13	Outras despesas financeiras	-2.679	-5.055
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	68.318	67.244
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.161	-21.963
3.08.01	Corrente	-18.848	-30.706
3.08.02	Diferido	-3.313	8.743
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.157	45.281
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.157	45.281
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	475,85	466,81
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	475,85	466,81

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	46.157	45.281
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-614
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.157	44.667

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	142.936	73.693
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	123.960	119.261
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	46.157	45.281
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.161	21.963
6.01.01.03	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	30.554	24.622
6.01.01.04	Amortização e depreciação	19.731	17.630
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	2.641	1.585
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	3.765	1.136
6.01.01.07	Marcação a mercado da dívida	-4.159	1.143
6.01.01.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-2.640	10.447
6.01.01.09	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-3.441	-3.457
6.01.01.10	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	5.371	1.247
6.01.01.11	Marcação a mercado derivativos	4.032	-2.467
6.01.01.12	Programa de remuneração variável - ILP	-212	131
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.976	-45.568
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-34.778	-21.945
6.01.02.02	(Aumento) de títulos de créditos a receber	-2	-45
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de estoques	232	-503
6.01.02.04	Aumento de obrigações estimadas	950	1.138
6.01.02.06	(Aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	-2.272	-3.626
6.01.02.07	Diminuição de ativos financeiros setoriais	0	12.976
6.01.02.08	(Diminuição) de tributos a recuperar	2.553	4.125
6.01.02.09	(Aumento) de outros créditos a receber	-13.845	-7.325
6.01.02.10	(Diminuição) de fornecedores	-5.824	-20.709
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais	24.929	23.849
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-11.092	-14.372
6.01.02.14	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-3.364	-1.008
6.01.02.15	Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	52.029	-19.610
6.01.02.16	Aumento de outras contas a pagar	9.460	1.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.118	148.838
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-31.977	204.612
6.02.03	Aplicações no intangível e imobilizado	-66.767	-55.849
6.02.04	Alienação de bens do imobilizado e intangível	626	75
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47.147	-38.691
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	0	150.345
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-3.489	-151.118
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-39.158	-31.590
6.03.04	(Pagamento) Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-3.781	12.013
6.03.05	Pagamento de parcelamento de impostos	0	-4.613
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-143	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
6.03.09	Pagamento de dividendos	0	-13.084
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-576	-644
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.329	183.840
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.656	49.865
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.327	233.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-212	-64.837	0	0	-65.049
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-212	0	0	0	-212
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-64.837	0	0	-64.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.157	-56	46.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.157	0	46.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-56	-56
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-85	-85
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	29	29
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.644	12.663	46.157	-17.105	578.076

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	131	-13.091	0	0	-12.960
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	131	0	0	0	131
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-13.091	0	0	-13.091
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.281	-614	44.667
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.281	0	45.281
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-614	-614
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-932	-932
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	318	318
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.493	5.732	45.281	-14.300	572.923

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	898.128	807.666
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	843.243	753.583
7.01.02	Outras Receitas	937	468
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	56.589	55.200
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-2.641	-1.585
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-477.466	-435.894
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-375.608	-343.181
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.681	-30.788
7.02.04	Outros	-69.177	-61.925
7.03	Valor Adicionado Bruto	420.662	371.772
7.04	Retenções	-19.731	-17.630
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.731	-17.630
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	400.931	354.142
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.177	25.041
7.06.02	Receitas Financeiras	21.177	25.041
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	422.108	379.183
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	422.108	379.183
7.08.01	Pessoal	21.422	18.498
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.456	10.344
7.08.01.02	Benefícios	7.268	6.680
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.698	1.474
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	313.920	262.737
7.08.02.01	Federais	169.996	153.710
7.08.02.02	Estaduais	143.609	108.737
7.08.02.03	Municipais	315	290
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.609	52.667
7.08.03.01	Juros	40.198	52.298
7.08.03.02	Aluguéis	411	369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.157	45.281
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.157	45.281

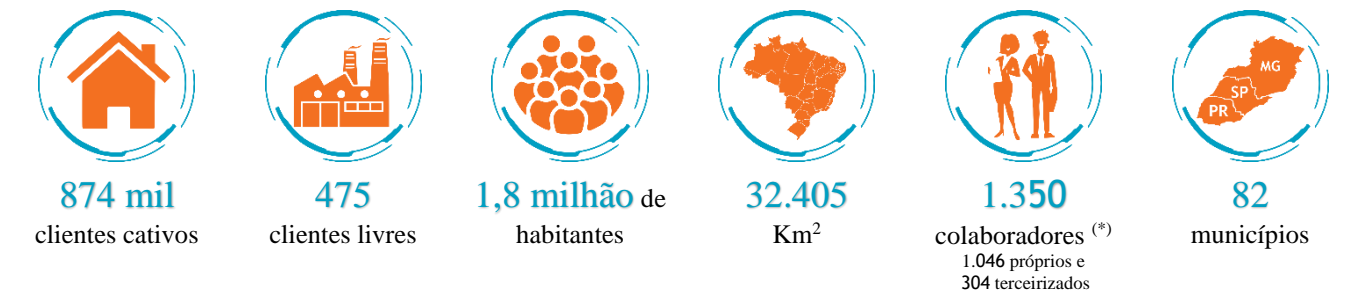
Comentário do Desempenho

Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2024

Presidente Prudente, 08 de maio de 2024 - A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre de 2024 (1T24). As informações financeiras trimestrais a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Trimestre		
	1T24	1T23	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Receita operacional líquida	580,2	544,3	+ 6,6
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	524,4	490,0	+ 7,0
Margem bruta	182,5	177,5	+ 2,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	179,1	174,0	+ 2,9
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	106,6	109,0	- 2,2
Resultado financeiro	(19,3)	(27,6)	- 30,2
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	45,7	43,0	+ 6,3
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de consumidores cativos (mil)	874,3	859,8	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	880,3	794,2	+ 10,8
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.297,9	1.164,9	+ 11,4
Indicador Relativo			
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	18,4	20,0	- 1,6 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2024	31/12/2023	Var. %
Ativo total	2.999,0	2.927,7	+ 2,4
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	278,7	244,0	+ 14,2
Patrimônio líquido	578,1	597,0	- 3,2
Endividamento líquido	1.129,5	1.133,2	- 0,3

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comentário do Desempenho

3. Receita operacional

No 1T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 7,0% (R\$ 34,4 milhões) totalizando R\$ 524,4 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 3,4 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 1T24, foi de R\$ 521,0 milhões, 7,1% (R\$ 34,4 milhões) maior do que o mesmo período de 2023.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T24	1T23	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	713,3	571,6	+ 24,8
✓ Residencial	388,7	290,2	+ 33,9
✓ Industrial	45,8	44,8	+ 2,1
✓ Comercial	146,7	126,7	+ 15,9
✓ Rural	54,8	44,0	+ 24,6
✓ Outras classes	77,3	65,9	+ 17,4
(+) Suprimento de energia elétrica	1,7	8,1	- 78,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	8,8	5,6	+ 58,4
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	111,8	100,1	+ 11,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	55,8	54,4	+ 2,7
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(53,8)	8,9	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	44,2	31,8	+ 39,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,4	3,5	- 0,5
(+) Outras receitas	13,7	24,1	- 43,1
(=) Receita operacional bruta	899,1	808,0	+ 11,3
(-) Impostos sobre vendas	207,0	165,7	+ 24,9
(-) Encargos setoriais	111,9	97,9	+ 14,3
(=) Receita operacional líquida	580,2	544,3	+ 6,6
(-) Receita de construção de infraestrutura	55,8	54,4	+ 2,7
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	524,4	490,0	+ 7,0

3.1. Margem bruta

No 1T24, a margem bruta alcançou R\$ 182,5 milhões, 2,8% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 179,1 milhões, aumento de 2,9% em relação ao 1T23.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T24	1T23	Var. %
Receita operacional líquida	580,2	544,3	+ 6,6
(-) Custo de construção de infraestrutura	55,8	54,4	+ 2,7
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	524,4	490,0	+ 7,0
(-) Custos e despesas não controláveis	341,9	312,5	+ 9,4
Energia elétrica comprada para revenda	232,3	222,2	+ 4,6
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	109,6	90,3	+ 21,4
(=) Margem bruta	182,5	177,5	+ 2,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,4	3,5	- 0,5
(=) Margem bruta ajustada	179,1	174,0	+ 2,9

No comparativo entre os trimestres, o aumento da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- Na rubrica de receita de energia elétrica, o aumento de 24,8% pode ser explicado pelo mercado que cresceu 11,4% quando comparado com o 1T23, principalmente pelo crescimento do consumo residencial (+20,0%) e pelo efeito médio da tarifa de +12% devido ao reajuste tarifário ocorrido em julho de 2023;
- Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, a variação de 78,7% é reflexo na redução de 56,0% na venda de excedente de energia na comparação

Comentário do Desempenho

com o 1T23. Além disso, o PLD médio do 1T24 foi 11% menor do o registrado no 1T23 (R\$ 61/kWh vs. R\$69/kWh), corresponde parte da variação observada nessa linha;

- (iii) Na receita de fornecimento não faturado, o aumento de R\$ 3,2 milhões na linha fornecimento não faturado líquido é reflexo do crescimento do consumo em razão das altas temperaturas registradas em no período;
- (iv) Na linha de Ativos e Passivos Regulatórios, a redução de 62,7 milhões é explicado principalmente pelo mercado crescente e pelo processo tarifário ocorrido em 2023, fazendo que os custos se mantivessem mais equilibrados com a formação de financeiros menores na tarifa. Assim, a ESS amortizou uma parcela de itens financeiros maior e teve uma formação de itens financeiros (CVA) negativa, com destaque para os seguintes efeitos:

➤ O crescimento de 11,4% no mercado resultou formação de CVA negativa no trimestre;

➤ Ademais, em 2024, há o pagamento da recomposição da Conta de Itaipu, conforme REH 3.219/2023.
- (v) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou redução de 0,5% no 1T24 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido à menor inflação registrada no período referente à atualização financeira do ativo financeiro.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.298 GWh, aumento de 11,4% em relação ao ano anterior - maior taxa em 21 anos.

O consumo da maioria das classes cresceu no 1T23 em meio a temperaturas mais elevadas que no ano anterior, com a necessidade de resfriamento sendo 34% maior e registro de onda de calor, em contraste com o 1T/23 com temperaturas atípicas abaixo da média. A Residencial (+19,7%) direcional o incremento de consumo, com alta recorde. Na mesma linha, o consumo nos comércios também avançou (+9,4%), sobretudo varejistas, armazéns e supermercados, bem como a classe industrial (+3,5%) com os principais avanços em alimentos, papel e bebidas. Rural também apresentou aumento no consumo (+21,0%) diante da base baixa e clima menos chuvoso, destaque produtores de ovos e agropecuária.

Descrição Valores em GWh	Mês			Trimestre		
	mar/24	mar/23	Var. %	1T24	1T23	Var. %
Residencial	163,9	140,2	+ 16,9	478,3	399,5	+ 19,7
Comercial	56,2	56,8	- 1,0	164,6	159,7	+ 3,1
Industrial	17,5	20,3	- 13,6	49,9	57,2	- 12,7
Rural	24,4	21,9	+ 11,2	74,1	67,5	+ 9,8
Outros	39,1	38,7	+ 0,9	113,4	110,3	+ 2,9
1 Mercado Cativo	301,1	277,9	+ 8,4	880,3	794,2	+ 10,8
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	23,8	19,7	+ 20,8	67,2	52,2	+ 28,8
Industrial	114,8	108,5	+ 5,8	329,8	309,5	+ 6,5
Rural	4,0	1,7	+ 131,8	10,9	2,7	+ 297,1
Outros	3,3	2,2	+ 53,5	9,7	6,3	+ 54,4
2 Mercado (TUSD)	145,9	132,0	+ 10,5	417,6	370,7	+ 12,6
Residencial	163,9	140,2	+ 16,9	478,3	399,5	+ 19,7
Comercial	80,0	76,5	+ 4,6	231,8	211,9	+ 9,4
Industrial	132,3	128,7	+ 2,8	379,7	366,8	+ 3,5
Rural	28,4	23,7	+ 20,0	84,9	70,2	+ 21,0
Outros	42,4	40,9	+ 3,7	123,1	116,6	+ 5,6
Mercado Total (1+2)	447,0	409,9	+ 9,0	1.297,9	1.164,9	+ 11,4
Fornecimento não Faturado	16,6	(8,0)	-	10,6	3,9	+ 170,8
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	463,6	401,9	+ 15,4	1.308,5	1.168,8	+ 12,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 874.293 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 475 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#).


Comentário do Desempenho

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A ESS encerrou o primeiro trimestre deste ano com um índice de perda total de 5,83%, apresentando uma redução de 0,07 pp em relação às perdas registradas no 4T23. As perdas totais permanecem abaixo do referencial regulatório, com margem de 0,97 pp.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
mar/23	dez/23	mar/24	mar/23	dez/23	mar/24	mar/23	dez/23	mar/24	
5,60	5,55	5,48	0,20	0,35	0,35	5,80	5,90	5,83	6,81 

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/24	mar/23	Variação em p.p.
0,25	0,15	+ 0,10

O programa governamental “Desenrola Brasil”, prorrogado até Mai/24, continua contribuindo para positividade do crédito dos clientes Pessoa Física de baixa renda através de regularização do débito. No 1T24 foram positivados 1,35 Mil clientes, que após a negociação dos débitos, contribuíram com a reversão de R\$ 0,34 MM na PPECLD.

3.4.2. Taxa de arrecadação



A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/24	mar/23	Variação em p. p.
98,74	98,89	- 0,15

A continuidade do aumento do consumo decorrente da onda calor (El Niño), observado a partir do final do 3T23, está gerando uma elevação na inadimplência, pois elevou o faturamento (denominador) e o saldo em aberto (numerador) nos agings de curto prazo, onde as ações de cobrança ainda não são realizadas na sua plenitude. No transcorrer do ano esse efeito será minimizado com o vencimento das faturas e a totalidade das ações de cobrança sobre estes clientes.

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia registrou no trimestre um incremento de 0,19 horas no DEC e uma redução de 0,21 vezes no FEC em relação a 2023.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
mar/24	mar/23	Var. (%)	mar/24	mar/23	Var. (%)		
5,45	5,26	+ 3,6	3,02	3,23	- 6,5	6,70 	5,57 

Comentário do Desempenho

A ANEEL, por meio do ofício 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A ESS já está cumprindo os 80% previsto pelo regulador.

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre		
1T24	1T23	Varição %
44,2	31,8	+ 39,0

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 436,8 milhões no 1T24, aumento de 10,6% (R\$ 41,7 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

O PMSO alcançou R\$ 63,0 milhões no 1T24, aumento de 8,6% na comparação com o 1T23. Excluindo o efeito não recorrente da nova prática de provisão de PLR no montante de R\$ 2,8 milhões, o PMSO seria R\$ 60,2 milhões no 1T24, aumento de 3,8% na comparação com o mesmo período de 2023.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T24	1T23	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	341,9	312,5	+ 9,4
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	232,3	222,2	+ 4,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	109,6	90,3	+ 21,4
2 Custos e despesas controláveis	69,4	60,7	+ 14,3
2.1 PMSO	63,0	58,0	+ 8,6
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	25,8	22,8	+ 13,2
2.1.3 Material	5,9	6,0	- 1,0
2.1.4 Serviços de terceiros	26,3	24,4	+ 8,0
2.1.5 Outras	4,9	4,8	+ 2,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,9	0,1	+ 725,2
✓ Outros	4,1	4,7	- 13,8
2.2 Provisões/Reversões	6,4	2,7	+ 135,4
2.2.1 Contingências	3,8	1,1	+ 231,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,6	1,6	+ 66,6
3 Demais receitas/despesas	25,5	21,9	+ 16,5
3.1 Amortização e depreciação	19,7	17,6	+ 11,9
3.2 Outras receitas/despesas	5,8	4,3	+ 35,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	436,8	395,1	+ 10,6
Custo de construção de infraestrutura (*)	55,8	54,4	+ 2,7
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	492,7	449,5	+ 9,6

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 25,8 milhões, aumento de 13,2% (R\$ 3,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 2,8 milhões de efeito não recorrente em razão ao novo método de provisionamento da PLR que passou

Comentário do Desempenho

a reconhecido em bases mensais e não anual conforme realizado até 2023. Esta prática visa trazer menos volatilidade ao resultado, sobretudo no quarto trimestre.

- (ii) + R\$ 1,3 milhões de despesas a maior na rubrica de salários e encargos, em função do reajuste salarial dos acordos coletivos em 2023, baseado no índice INPC.

✓ Despesas com materiais

No 1T24, as despesas com materiais atingiram R\$ 5,9 milhões, redução de 1,0% (R\$ 0,1 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelo principal fator:

- (i) - R\$ 0,1 milhão em função de menores gastos com materiais EPI, EPC e uniformes.

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 26,3 milhões, aumento de 8,0% (R\$ 2,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 1,4 milhão nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção preventiva rede elétrica;
- (i) + R\$ 0,4 milhão com maiores despesas com consultoria;

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 4,9 milhões, aumento de 2,0% (R\$ 0,1 milhão) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) + R\$ 0,4 milhão referente a despesas de Telecom;
- (ii) - R\$ 0,3 maior capitalização no período.

Provisões/Reversões - Contingências

No trimestre, as provisões para contingências foram R\$ 3,8 milhões, aumento de R\$ 2,6 milhões (+231,4%), quando comparado com o mesmo trimestre anterior, principalmente pelo impacto de R\$ 2,4 milhões referente ao aumento das contingências cíveis com relação ao período anterior.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

PPECLD de R\$ 2,6 milhões no 1T24, aumento de 66,6% na comparação com o 1T23. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R\$ 5,8 milhões, aumento de 35,5% comparado ao mesmo período do ano passado. Esta linha representa o efeito líquido de movimentações (venda, baixa e ajustes) em ativos, principalmente de bens do imobilizado e de almoxarifados, cujo resultado representou despesa líquida mais que 292% maior que o período anterior. Os ativos que foram baixados representaram um montante de R\$ 3,5 milhões.

Comentário do Desempenho

5. Lucro Líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 46,2 milhões, aumento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 1T24 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 45,7 milhões, R\$ 2,7 milhões (+ 6,3 %) acima do registrado no 1T23.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T24	1T23	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	46,2	45,3	+ 1,9	0,9
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,3	2,3	- 0,5	-
(+) Provisão PLR	1,8	-	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	45,7	43,0	+ 6,3	2,7

O EBITDA totalizou R\$ 107,3 milhões no trimestre, redução de 4,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 1T24 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 106,6 milhões, R\$ 2,4 milhões (-2,2%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T24	1T23	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	107,3	112,5	- 4,6	(5,2)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,4	3,5	- 0,5	-
(+) Provisão PLR	2,8	-	-	2,8
(=) EBITDA ajustado recorrente	106,6	109,0	- 2,2	(2,4)

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 212,9 milhões em março de 2024, frente aos totalizou R\$ 214,5 milhões registrados em dezembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, apresentaram montantes negativos de R\$ 65,8 milhões em março de 2024, contra R\$ 29,6 milhões em dezembro de 2023.

Em 31 de março de 2024, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.129,5 milhões, contra R\$ 1.133,2 milhões em dezembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado se manteve no patamar de 2,7x.

Comentário do Desempenho

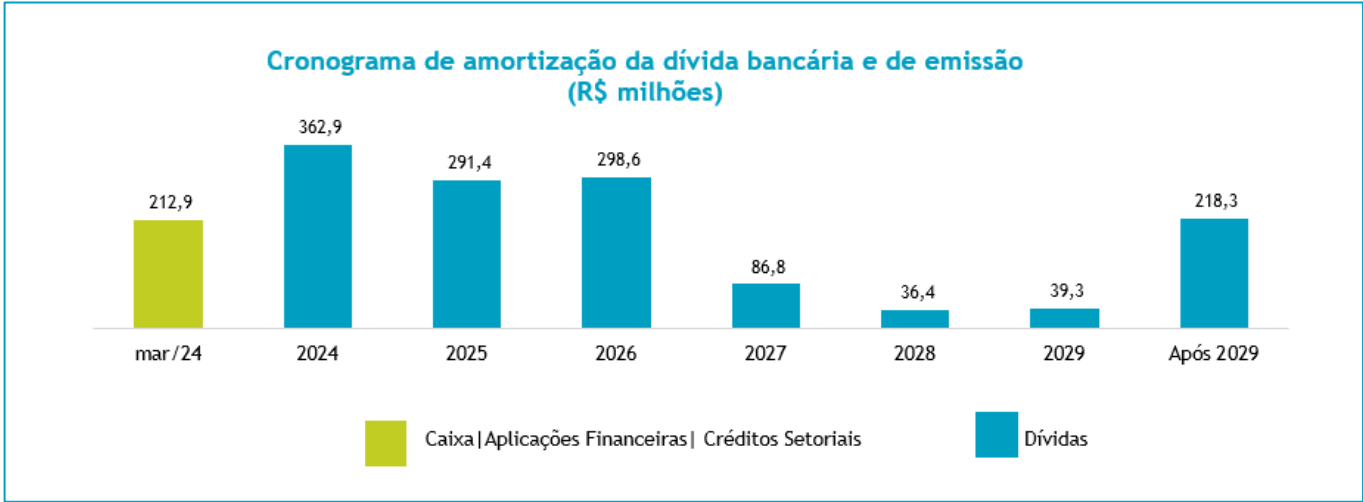
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2024	31/12/2023	30/09/2023
Circulante	428,8	377,4	236,2
Empréstimos e financiamentos	224,2	219,2	104,6
Debêntures	158,0	109,0	91,9
Encargos de dívidas	43,8	42,8	37,5
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	4,1	4,1	3,9
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(1,4)	2,2	(1,6)
Não Circulante	913,7	970,3	1.059,4
Empréstimos e financiamentos	392,4	392,4	513,4
Debêntures	515,2	574,1	524,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	32,3	31,2	27,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(26,3)	(27,4)	(6,5)
Total das dívidas	1.342,5	1.347,7	1.295,7
(-) Disponibilidades financeiras	278,7	244,0	167,6
✓ Caixa e equivalentes de caixa	67,3	69,7	80,2
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	211,4	174,4	87,4
Total das dívidas líquidas	1.063,7	1.103,6	1.128,0
(-) Créditos CDE	26,4	18,0	11,8
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(92,2)	(47,6)	(4,6)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.129,5	1.133,2	1.120,9
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	2,7	2,7	2,7

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de março de 2024, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



Comentário do Desempenho

7. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T24	1T23	Var. %
Ativo Elétrico	58,2	64,2	- 9,3
Obrigações Especiais (*)	76,4	5,8	+ 1.221,2
Ativo não Elétrico	1,2	2,7	- 54,5
Total dos Investimentos	135,8	72,7	+ 86,9

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Eventos subsequentes

8.1 Recebimento de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 23 de abril de 2024, por meio do Despacho nº 1.239/2024, a Aneel homologou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às distribuidoras. A Companhia recebeu em 29 de abril de 2024 o valor de R\$ 14,4 milhões.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
para o período findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 874.758 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimento dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

Notas Explicativas

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 25, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), publicadas na imprensa em 21 de março de 2024.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de maio de 2024.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da

Notas Explicativas

Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 94,0% do CDI (103,2% do CDI em 2023).

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	57.194	69.642
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	14
Operações compromissadas	10.133	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	67.327	69.656

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: Fundo de Renda Fixa, Letra Financeira do Tesouro, CCBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2024 equivale a 109,4% do CDI (96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

	31/03/2024	31/12/2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	2	2
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	4.181	3.943
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.439	1.099
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.101	1.213
Compromissadas	719	14.468
Fundo Multimercado	102	26
Fundo de Renda Fixa	157.721	125.188
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	16.552	5.686
Letra Financeira (LF)	18.225	18.081
Nota de Crédito (NC)	423	344
Letra Financeira (LFS)	130	98
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	3.879	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	5.833	4.143
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	104	86
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - Circulante	211.411	174.377

⁽¹⁾ **Fundos de Investimentos:** inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 97,7% a 178,1% (-25,5% a 106,7% em 31 de dezembro de 2023) do CDI e média ponderada 166,3% (6,1% em 31 de dezembro de 2023) do CDI;

⁽²⁾ **Fundos de Investimentos Exclusivos:** inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LF, NC, LFS, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 107,7% (103,5% em 31 de dezembro 2023) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 98,2%

Notas Explicativas

(101,6% em 31 de dezembro 2023) do CDI Fundo BB Energisa, 107,4% (85,1% em 31 de dezembro 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 110,7% (98,6% em 31 de dezembro de 2023) do CDI Fundo Zona da Mata e (69,5% em 31 de dezembro 2023) do CDI Fundo Cataguases;

- (3) Inclui R\$792 (R\$684 em 31 de dezembro 2023) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Bloqueios judiciais credores	395	381
Conselho do consumidor	397	303
Total	792	684

5. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2024	31/12/2023
Valores correntes:									
Residencial	63.331	-	45.044	2.550	110	337	(3.772)	107.600	99.886
Industrial	18.695	-	2.165	59	392	2.732	(2.740)	21.303	21.411
Comercial	29.560	-	8.143	863	134	919	(1.113)	38.506	37.694
Rural	11.154	-	3.341	259	351	374	(387)	15.092	14.884
Poder público	10.173	-	587	6	-	2	(5)	10.763	9.474
Iluminação pública	6.248	-	79	-	-	46	(46)	6.327	6.771
Serviço público	9.934	-	1.162	-	-	27	(28)	11.095	9.781
Fornecimento não faturado	141.856	-	-	-	-	-	(495)	141.361	132.592
(-) Arrecadação em processo de classificação	(412)	-	-	-	-	-	-	(412)	(6.977)
Valores renegociados:									
Residencial	2.551	3.778	1.661	473	463	2.636	(4.345)	7.217	6.670
Industrial	301	840	79	14	48	1.027	(1.109)	1.200	1.529
Comercial	660	2.824	350	99	164	1.750	(2.207)	3.640	3.176
Rural	524	627	134	27	34	142	(296)	1.192	853
Poder público	38	70	-	1	-	9	(9)	109	195
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço público	6	-	-	-	-	-	-	6	20
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽¹⁾	(74)	(853)	-	-	-	-	-	(927)	(1.066)
Subtotal - consumidores	294.545	7.286	62.745	4.351	1.696	10.001	(16.552)	364.072	336.893
Suprimento de energia ⁽³⁾	4.541	-	-	-	-	16.752	-	21.293	20.425
Outros ⁽⁴⁾	16.859	-	-	-	-	58.362	(2.018)	73.203	68.949
Total	315.945	7.286	62.745	4.351	1.696	85.115	(18.570)	458.568	426.267
Circulante								382.326	352.742
Não circulante								76.242	73.525

- (1) **Ajuste a valor presente (AVP):** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado;

- (2) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Notas Explicativas

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023 e 31/12/2022 - circulante e não circulante	39.304	37.025
Provisões líquidas constituídas no período/exercício	2.641	6.434
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.012)	(4.155)
Saldo em 31/03/2024 e 31/12/2023 - circulante e não circulante	40.933	39.304
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	18.570	16.941
Títulos de créditos a receber	22.163	22.163
Outros créditos (vide nota explicativa nº 9)	200	200

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

Composição do saldo da CCEE	31/03/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	4.541	3.673
Créditos vinculados a liminares ^(a)	16.752	16.752
Subtotal créditos CCEE	21.293	20.425
(-) Aquisições de Energia na CCEE ^(b)	(4.307)	(2.690)
(-) Encargos de Serviços de Sistema - ESS ^(b)	(211)	(3.798)
Total créditos CCEE	16.775	13.937

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE;

(b) Vide nota explicativa nº 16.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$56.719 (R\$53.761 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres suspenso por liminares, em contrapartida, tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 19).

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	31/03/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	44.590	43.525
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	67.082	68.823
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.826	25.408
Contribuições ao PIS e à COFINS	24.200	24.592
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	303.692	317.546
Outros	8.244	10.147
Total	473.634	490.041
Circulante	177.388	186.580
Não Circulante	296.246	303.461

(1) Valores correspondem a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$303.692 (R\$317.546 em 2023). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$5.404 (R\$29.825 em 2023), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período.

Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), empresa incorporada em 2017, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente

Notas Explicativas

compensados em julho de 2021. As empresas, também incorporadas em 2017, Companhia Nacional de Energia Elétrica (ENA) e Empresa Bragantina de Distribuição de Energia (EBR), tiveram seus créditos habilitados pela Receita Federal em 09 de junho de 2022 e 22 de junho de 2022, respectivamente. A ação judicial da ESS transitou em julgado em 24 de maio de 2023 e ainda não houve a habilitação do crédito pela Receita Federal do Brasil. As compensações realizadas foram de R\$19.258 (R\$83.779 em 2023). Ainda que a ação judicial da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (EDEV - incorporada em 2017) não tenha transitado em julgado, a Administração tem convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável. A habilitação dos referidos créditos junto à Receita Federal do Brasil somente ocorrerá após o trânsito em julgado.

7. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual - RTA e a Revisão Tarifária Periódica - RTP. Ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária - RTE sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

7.1. Reajuste tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual - RTA tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 11 de julho de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.219, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 12 de julho de 2023. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,65%.

7.2. Revisão tarifária periódica

A Revisão Tarifária Periódica - RTP ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

7.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH nº 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/kWh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/kWh REH nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

Notas Explicativas

- (1) A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;
- (2) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022; e
- (3) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	31/03/2024	31/03/2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

7.4. Outros assuntos regulatórios

7.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, vem sendo divulgados pela ANEEL, tendo como último ato o Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023 com a publicação dos valores de 2018.

Dessa forma, os resultados relativos à 2018 vem sendo homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no período findo em 31 de março de 2024, contabilizados na atualização financeira devedora - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, registrado no resultado financeiro, foi de R\$81 (R\$1.672 em 2023).

7.4.2 Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação.

Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	31/03/2024			31/12/2023		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	22.769	-	22.769	43.131	-	43.131
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
	22.769	-	22.769	43.131	-	43.131
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	32.840	59.577	92.417	65.169	16.784	81.953
Não Circulante	-	22.567	22.567	-	8.797	8.797
	32.840	82.144	114.984	65.169	25.581	90.750
Saldo líquido dos ativos e passivos	(10.071)	(82.144)	(92.215)	(22.038)	(25.581)	(47.619)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/03/2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(19.338)	(22.339)	3.031	9.066	-	-	-	(29.580)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	61.059	7.280	(14.319)	234	-	-	-	54.254
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(2.830)	(1.138)	1.336	(65)	-	-	-	(2.697)
Encargos de Serviços de Sistema- ESS	8.563	5.570	579	585	-	-	-	15.297
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(4.152)	2.316	2.171	35	-	-	-	370
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.051	692	(823)	23	-	-	-	3.943
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(18.422)	(30.778)	(2.086)	(982)	-	-	-	(52.268)
Sobrecontratação de energia	84.438	6.957	(30.110)	18	-	(2.481)	-	58.822
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(19.731)	(6.129)	4.328	(239)	-	-	-	(21.771)
CUSD	176	-	(83)	-	-	-	-	93
Exposição de submercados	(121)	(41)	20	(2)	-	-	-	(144)
Garantias financeiras	1.616	391	(376)	27	-	-	-	1.658
Saldo a compensar	3.539	(1.026)	(2.215)	(42)	-	-	-	256
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(146.467)	(27.519)	50.514	(1.225)	-	-	4.251	(120.446)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(47.619)	(65.766)	11.967	7.433	-	(2.481)	4.251	(92.215)

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2022	Receita Operacional		Remu- neração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/12/2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.902)	(33.858)	17.163	(741)	-	-	-	(19.338)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	38.529	48.167	(31.246)	5.609	-	-	-	61.059
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	6.491	(5.119)	(3.978)	(224)	-	-	-	(2.830)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(6.777)	14.129	2.661	415	-	(1.865)	-	8.563
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.423	(9.503)	(23.867)	(205)	-	-	-	(4.152)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.774	2.885	(3.978)	370	-	-	-	4.051
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	(13)	13	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	4.063	(19.900)	(3.148)	563	-	-	-	(18.422)
Sobrecontratação de energia	101.386	45.394	(56.087)	1.156	-	(7.411)	-	84.438
Devoluções Tarifárias (1)	(15.297)	(19.376)	15.442	(500)	-	-	-	(19.731)
CUSD	127	333	(284)	0	-	-	-	176
Exposição de submercados	485	(107)	(488)	(11)	-	-	-	(121)
Garantias financeiras	1.459	1.432	(1.381)	106	-	-	-	1.616
Saldo a compensar	8.367	3.590	(8.354)	(64)	-	-	-	3.539
Outros itens financeiros (3)	(92.161)	(80.236)	172.066	(1.253)	(145.161)	-	278	(146.467)
Saldo líquido dos ativos e passivos	78.954	(52.156)	74.521	5.221	(145.161)	(9.276)	278	(47.619)

(1) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da Selic. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;

(2) **Bandeiras Tarifárias CCRBT:** a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2024, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$2.481 (R\$9.276 em 31 de dezembro 2023);

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras. Os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/202113. No próximo processo tarifário deverá ser considerado montante residual. Esse valor pago em 2024 pelos consumidores de R\$4.251 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu;

Empréstimo Conta Escassez Hídrica: a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da conta escassez hídrica no valor máximo de R\$44.398, dos quais R\$7.899 correspondem ao custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.189 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$20.310 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022;

Notas Explicativas

Créditos de PIS e COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período. O valor homologado em 31 de julho de 2023 foi de R\$112.001;

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: referem-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 28 de abril de 2023 foi de R\$6.807.

9. Outros créditos

	31/03/2024	31/12/2023
Subvenção - Baixa Renda ⁽²⁾	5.807	5.907
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽³⁾	20.619	12.135
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	243	243
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	12.398	19.203
Outras ordens em curso ⁽⁴⁾	1.448	3.913
Adiantamentos a empregados	2.549	1.986
Adiantamentos a fornecedores	2.681	2.681
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽¹⁾	36.570	36.040
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽¹⁾	(9.891)	(10.072)
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁵⁾	17.682	16.609
Despesas pagas antecipadamente	7.092	6.267
Dispêndios a reembolsar	239	239
Outros créditos a receber ⁽⁶⁾	1.994	2.323
Total	99.431	97.474
Circulante	72.753	71.507
Não circulante	26.678	25.967

⁽¹⁾ **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA:** referem-se a créditos oriundos de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a.; (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019;

⁽²⁾ **Subvenção - Baixa Renda:** refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões dos meses de fevereiro e março de 2024, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após revisão da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial - circulante	5.907	5.110
Subvenção - Baixa Renda	8.773	34.278
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(8.873)	(33.481)
Saldo final - circulante	5.807	5.907

⁽³⁾ **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e CCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Notas Explicativas

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial - circulante	12.135	6.499
Subsídios	35.454	105.442
Ressarcimentos realizados pela CCEE ^(*)	(26.970)	(99.806)
Saldo final- circulante	20.619	12.135

(*) A partir dos processos tarifários de 2023, passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

- (4) **Outras ordens em curso:** referem-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados;
- (5) **Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos:** referem-se a uso mútuo de poste e venda de sucata;
- (6) **Outros créditos a receber:** Inclui R\$200 (R\$200 em 31 de dezembro de 2023) referente a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 99,26% do capital total, que por sua vez, possui o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
• Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
• Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
• Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A	EPNE	Holding
• Clarke Desenvolvimento de Softwares S/A	CLARKE	Serviços

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL),

Notas Explicativas

Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE X	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
• Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	REENERGISA V	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	REENERGISA VIII	Geração distribuída fotovoltaica
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
• Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
• Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁸⁾	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) Disponibilização de sistema
ESA ^(1 e 2)	(8.775)	(1.464)	-	(5.952)	(7.145)	(184.860)	-
EMS ⁽³⁾	-	(223)	2.879	-	(84)	-	647
ESOLC ⁽⁴⁾	(8.841)	-	-	-	(6.763)	-	-
ESOL ^(4 e 5)	(251)	-	-	-	(1)	-	-
MULTI ⁽⁶⁾	(1.431)	-	-	-	(897)	-	-
ESE	-	2	-	-	(2)	-	-
ECOM	-	(44)	-	-	(14)	-	-
EPB	-	(1.219)	-	-	(406)	-	-
ETO	-	57	-	-	22	-	-
EMT	-	13	-	-	12	-	-
EAC	-	5	-	-	2	-	-
ERO	-	40	-	-	17	-	-
EMR	-	(218)	-	-	(71)	-	-
EGO I ⁽⁷⁾	-	1	(61)	-	-	-	-
EPA I ⁽⁷⁾	-	1	(59)	-	1	-	-
EPA II ⁽⁷⁾	-	1	(48)	-	-	-	-
ETT ⁽⁷⁾	-	2	(90)	-	1	-	-
EAM ⁽⁷⁾	-	1	(14)	-	-	-	-
EPT ⁽⁷⁾	-	-	(4)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁷⁾	-	3	(172)	-	1	-	(20)
LXTE ⁽⁷⁾	-	3	(203)	-	1	-	(23)
LTTE ⁽⁷⁾	-	4	(64)	-	2	-	-
ESGAS	-	2	-	-	1	-	-
31/03/2024	(19.298)	(3.033)	2.164	(5.952)	(15.323)	(184.860)	604
31/12/2023	-	-	-	-	(13.759)	(179.791)	272
31/03/2023	(17.347)	(2.448)	1.497	(4.660)	-	-	-

- (1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI - *Business Intelligence*; (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI *Business Intelligence*; (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (2) A Companhia efetuou a 1ª, 3ª, 6ª e 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2024, o valor atualizado é de R\$184.860 (R\$179.791 em 31 de dezembro 2023);
- (3) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;
- (4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;
- (5) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;

Notas Explicativas

- (6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (7) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025;
- (8) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores

	31/03/2024	31/03/2023
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.849	4.508
Remuneração da Diretoria	470	622
Outros benefícios ⁽²⁾	137	224

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovado na AGOE de 27 de abril de 2024;

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas a 31 de março de 2024, foram de R\$82 e R\$3 (R\$80 e R\$2 em 31 de março de 2023), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2024 foi de R\$22 (R\$21 em 31 de março de 2023).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 4º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Restricted Shares (Matching)* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*.

Notas Explicativas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	3º programa ⁽¹⁾	4º programa	5º programa	6º programa <i>Restricted Shares Matching</i>	6º programa <i>Performance Shares</i>
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	9.565	11.292	17.686	9.336	9.336
Opções de ações prescritas	-	-	-	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início <i>vesting</i>	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade ⁽²⁾	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 41,23	R\$ 51,75	R\$ 44,11
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos;

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE - “Índice de Energia Elétrica e seus pares” para o *Total Shareholder Return - TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 31 de março de 2024, foi ajustado o valor credor de R\$212 (R\$131 em 31 de março de 2023) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de março de 2024 é de R\$1.644 (R\$1.856 em 31 de dezembro de 2023).

11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Notas Explicativas

	31/03/2024	31/12/2023
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	46.310	52.290
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	16.672	18.825
Total - ativo não circulante	62.982	71.115
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(12.329)	(15.894)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(4.438)	(5.722)
Total - passivo não circulante	(16.767)	(21.616)
Total líquido - ativo não circulante	46.215	49.499

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	59.975	20.392	57.530	19.560
Provisão ajuste atuarial	52.382	17.810	52.144	17.729
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD	40.933	13.917	39.304	13.363
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	15.905	5.408	15.051	5.117
Outras provisões (honorários e outras)	9.717	3.304	17.572	5.974
Ajuste a Valor Presente	927	315	1.066	362
Marcação a Mercado - dívida	616	209	4.775	1.624
Marcação a Mercado - derivativo	(27.617)	(9.390)	(25.228)	(8.578)
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(21.698)	(7.377)	(20.991)	(7.137)
Outras adições temporárias	4.786	1.627	4.367	1.485
Total - ativo não circulante	135.926	46.215	145.590	49.499

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	3.254
2025	4.497
2026	5.844
2027	7.082
2028	7.366
2029 a 2030	14.947
2031 a 2033	19.992
Total	62.982

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2024	31/03/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	68.318	67.244
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(23.228)	(22.863)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	316	347
Outros Incentivos fiscais ⁽²⁾	337	-
Despesas ineditáveis (doações, brindes, multas etc.)	414	553
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(22.161)	(21.963)
Alíquota efetiva	32,44%	32,66%

Notas Explicativas

- (1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005;
- (2) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e projetos desportivos, Lei nº 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa Selic incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021, impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal - STF julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do Tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021, foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de março de 2024 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$3.441 (R\$3.457 em 31 de março de 2023).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Ativo financeiro valor justo	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial	217.816	165.812
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	9.302	43.771
Baixas no período/exercício	(1.034)	(86)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	3.441	8.319
Saldo final	230.455	217.816

- (1) Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;
- (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Notas Explicativas

13. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

	SalDOS em 31/12/2023	Adição	Transferências			SalDOS em 31/03/2024
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	139.885	134.583	(96.907)	(19.872)	(116)	157.573
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	55.961	76.377	(69.199)	(10.570)	-	52.569
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	83.924	58.206	(27.708)	(9.302)	(116)	105.004

	SalDOS em 31/12/2022	Adição	Transferências		SalDOS em 31/12/2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	124.517	294.546	(232.322)	(46.856)	139.885
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	52.488	29.652	(23.094)	(3.085)	55.961
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	72.029	264.894	(209.228)	(43.771)	83.924

⁽¹⁾ O montante de R\$27.708 (R\$209.228 em 31 de dezembro de 2023) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão, enquanto o montante negativo de (R\$116) foi reclassificado para o imobilizado;

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$9.302 (R\$43.771 em 31 de dezembro de 2023) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

14. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos em 31/03/2024
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	12.938	-	420	-	13.358
Máquinas e Equipamentos	13,69%	25.356	-	1.313	-	26.669
Veículos	14,29%	867	-	-	-	867
Móveis e Utensílios	6,25%	7.924	-	429	-	8.353
Total do imobilizado em serviço		47.085	-	2.162	-	49.247
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(868)	-	-	(108)	(976)
Máquinas e Equipamentos		(18.092)	-	-	(433)	(18.525)
Veículos		(128)	-	-	(31)	(159)
Móveis e Utensílios		(6.438)	-	-	(35)	(6.473)
Total Depreciação acumulada		(25.526)	-	-	(607)	(26.133)
Subtotal Imobilizado		21.559	-	2.162	(607)	23.114
Imobilizado em curso		3.849	142	(2.046)	-	1.945
Total do Imobilizado		25.408	142	116	(607)	25.059

⁽¹⁾ O montante de R\$116 são transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	10.738	-	2.200	-	-	12.938
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)	-	25.356
Veículos	14,29%	250	-	617	-	-	867
Móveis e Utensílios	6,25%	7.738	-	186	-	-	7.924
Total do imobilizado em serviço		41.590	-	5.525	(30)	-	47.085
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(478)	-	-	-	(390)	(868)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	-	(1.515)	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	-	(79)	(128)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	-	(137)	(6.438)
Total Depreciação acumulada		(23.405)	-	-	-	(2.121)	(25.526)
Subtotal Imobilizado		18.185	-	5.525	(30)	(2.121)	21.559
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	-	-	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236	-	(30)	(2.121)	25.408

15. Intangível

	31/03/2024	31/12/2023
Intangível - contrato de concessão	1.052.935	1.044.724
Intangível - direito de uso	604	573
Intangível - software	27.039	27.812
Total	1.080.578	1.073.109

Notas Explicativas

15.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2024
Intangível em Serviço						
Custo	4,19%	2.443.769	96.937	(5.785)	-	2.534.921
Amortização acumulada		(1.150.927)	(30)	4.606	(26.768)	(1.173.119)
Subtotal		1.292.842	96.907	(1.179)	(26.768)	1.361.802
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,85%	487.875	69.224	(82)	-	557.017
Amortização acumulada		(239.757)	(25)	-	(8.368)	(248.150)
Subtotal		248.118	69.199	(82)	(8.368)	308.867
Total do Intangível - contrato de concessão		1.044.724	27.708	(1.097)	(18.400)	1.052.935

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2022	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,29%	2.232.163	232.322	(20.716)	-	2.443.769
Amortização acumulada		(1.077.820)	-	17.978	(91.085)	(1.150.927)
Subtotal		1.154.343	232.322	(2.738)	(91.085)	1.292.842
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	464.845	23.094	(64)	-	487.875
Amortização acumulada		(221.267)	-	-	(18.490)	(239.757)
Subtotal		243.578	23.094	(64)	(18.490)	248.118
Total do Intangível - contrato de concessão		910.765	209.228	(2.674)	(72.595)	1.044.724

- (1) Do montante de R\$27.708 (R\$209.228 em 31 de dezembro de 2023) foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão;
- (2) As baixas no montante de R\$1.097 (R\$2.674 em 31 de dezembro de 2023), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;
- (3) A Companhia reconheceu no período créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$1.196 (R\$4.511 em 31 de dezembro de 2023) e não incluiu o montante de R\$2 referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão, com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,19% (4,29% em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	381.007	304.544
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	199.500	199.500
Reserva para reversão	4.666	4.809
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(248.150)	(239.757)
Total	378.356	310.429
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	16.920	6.350
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	52.569	55.961
Intangível - contrato de concessão	308.867	248.118
Total	378.356	310.429

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço;

(2) Inclui a participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinados ao Programa Luz para Todos;

15.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), e são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 31/03/2024
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	4,15%	5.317	89	(2)	-	5.404
Amortização acumulada		(4.744)	-	-	(56)	(4.800)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		573	89	(2)	(56)	604

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2022	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	5,81%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(4.435)	(309)	(4.744)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		882	(309)	573

15.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	60.066	-	448	-	60.514
Amortização acumulada		(33.101)	-	-	(1.862)	(34.963)
Em curso		847	1.089	(448)	-	1.488
Total intangível - software e outros		27.812	1.089	-	(1.862)	27.039

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	39.106	-	21.024	(64)	-	60.066
Amortização acumulada		(28.089)	-	-	-	(5.012)	(33.101)
Em curso		10.437	11.434	(21.024)	-	-	847
Total intangível - software e outros		21.454	11.434	-	(64)	(5.012)	27.812

Notas Explicativas

16. Fornecedores

	31/03/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	161.945	165.839
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	31.250	30.343
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	4.307	2.690
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽³⁾	211	3.798
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	9.134	9.217
Encargos de conexão ⁽¹⁾	944	944
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	50.095	59.042
Total	257.886	271.873
Circulante	250.480	264.641
Não Circulante	7.406	7.232

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico e encargos do uso da rede elétrica:** referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;

⁽³⁾ **Encargos de Serviços de Sistema - ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2024, com a manutenção das boas condições hidrológicas, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi bem inferior ao do período anterior, já que, nos meses de novembro e dezembro de 2023, em função das ondas de calor observadas, houve necessidade de despachos de térmicas para atendimento de ponta;

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros:** referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2024
Mensuradas ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
INPC	14.741	(453)	(173)	427	-	14.542
IPCA	132.924	(3.036)	(1.618)	3.591	-	131.861
CDI	333.251	-	(10.478)	9.750	-	332.523
(-) Custo com captação	(1.407)	-	-	171	-	(1.236)
Total do custo amortizado	479.509	(3.489)	(12.269)	13.939	-	477.690
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	179.618	-	-	7.432	-	187.050
Marcação a mercado	(4.683)	-	-	-	410	(4.273)
Total ao valor justo	174.935	-	-	7.432	410	182.777
Total	654.444	(3.489)	(12.269)	21.371	410	660.467
Circulante	262.021					268.021
Não circulante	392.423					392.446

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	15.786	932	(2.672)	(761)	1.456	-	-	14.741
IPCA	138.462	-	(11.863)	(6.868)	13.193	-	-	132.924
CDI	279.288	50.000	(9.529)	(28.469)	41.961	-	-	333.251
(-) Custo com captação	(1.739)	-	-	-	624	(292)	-	(1.407)
Total do custo amortizado	431.797	50.932	(24.064)	(36.098)	57.234	(292)	-	479.509
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	193.597	-	-	(6.737)	(7.242)	-	-	179.618
Euro	148.829	-	(147.782)	(323)	(724)	-	-	-
Marcação a mercado	(6.866)	-	-	-	-	-	2.183	(4.683)
Total ao valor justo	335.560	-	(147.782)	(7.060)	(7.966)	-	2.183	174.935
Total	767.357	50.932	(171.846)	(43.158)	49.268	(292)	2.183	654.444
Circulante	200.864							262.021
Não circulante	566.493							392.423

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Venci- mento	Amortiza- ção do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Taxa efetiva de Swap(8)	Garan- tias (5)	Covenants (4)
	31/03/2024	31/12/2023								
BNDES - 20.2.0497-1	131.861	132.924	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	3,34%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD (6 e 7)	11.787	11.991	INPC + 4.91%	-	abr/30	A partir de jan/21 a.m.	3,41%	-	A	NA
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMIÇÃO 3ª SÉRIE (4)	126.783	123.096	CDI + 1.50%	-	ago/24	Final	2,99%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I (6 e 7)	2.213	2.206	INPC + 4.75%	-	fev/36	A partir de abr/22 a.m.	3,38%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	154.127	160.079	CDI + 1.55%	-	jul/26	A partir de jul/25 a.a.	3,01%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP (6 e 7)	542	544	INPC + 5.04%	-	dez/32	A partir de jan/23 a.m.	3,45%	-	A	NA
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	51.613	50.076	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	3,07%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.236)	(1.407)								
Total em Moeda Nacional	477.690	479.509								
Scotiabank Loan - 14122021 (2)	123.909	119.365	USD + 1.98%	CDI + 1,60%	dez/24	Final	3,69%	3,02%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022 (2)	63.141	60.253	USD + 5,25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	4,49%	2,97%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(4.273)	(4.683)								
Total em Moeda Estrangeira	182.777	174.935								
Total	660.467	654.444								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 30;

(2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 30);

(3) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 30);

(4) **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 30). Em 31 de março de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

⁽⁵⁾ A = Aval Energisa S/A, R = Recebíveis;

⁽⁶⁾ Contrato firmado com a EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022;

⁽⁷⁾ Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência;

⁽⁸⁾ As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no período de 31 de março de 2024 demonstradas na nota explicativa nº 30.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2024	31/12/2023
US\$ x R\$	3,20%	(7,21%)
CDI	2,62%	13,15%
IPCA	2,09%	4,62%
Euro x R\$	0,87%	(3,91%)
INPC	2,21%	3,71%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2024
2025	196.689
2026	89.335
2027	14.450
2028	14.450
Após 2028	77.522
Total	392.446

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2023	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2024
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado					
CDI	346.212	(21.829)	10.054	-	334.437
IPCA	333.803	(5.060)	11.164	-	339.907
(-) Custo com captação	(6.381)	-	369	-	(6.012)
Marcação a mercado	9.458	-	-	(4.569)	4.889
Total do custo amortizado	683.092	(26.889)	21.587	(4.569)	673.221
Circulante	109.005				157.991
Não circulante	574.087				515.230

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropria dos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2023
Mensuradas ao custo amortizado								
- pós fixado								
CDI	189.490	150.000	-	(36.143)	42.865	-	-	346.212
IPCA	308.679	42.000	(30.664)	(16.266)	30.054	-	-	333.803
(-) Custo com captação	(5.865)	-	-	-	1.350	(1.866)	-	(6.381)
Marcação a mercado	(6.346)	-	-	-	-	-	15.804	9.458
Total do custo amortizado	485.958	192.000	(30.664)	(52.409)	74.269	(1.866)	15.804	683.092
Circulante	42.930							109.005
Não circulante	443.028							574.087

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendim entos (% a.a.)	Encarg os Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Venci mento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap Ponta Passiva (% a.a.) ⁽¹⁾	Garanti as ⁽²⁾	Covenan ts ⁽³⁾
	31/03/2024	31/12/2023										
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	57.439	55.533	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66%	102,65% CDI	jun/24	Final	3,48%	2,69%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.306	2.234	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71%	101,60% CDI	out/24	Final	3,25%	2,66%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.301	4.163	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	3,34%	2,71%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão Série Única	63.289	62.770	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	A partir de set/23 a.a.	3,34%	2,72%	A	1
Debêntures 5ª Emissão	60.837	62.937	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	2,91%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.922	8.648	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	3,13%	2,83%	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	68.960	66.802	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28 a.a.	3,19%	3,07%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	91.758	91.242	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	A partir de jan/30 a.a.	3,58%	2,82%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	121.445	125.732	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	A partir de ago/26 a.a.	3,02%	-	A	2
Debêntures 9ª Emissão	152.155	157.543	15/02/2023	150.000 / 150.000	CDI + 1.50%	-	fev/26	A partir de ago/26 a.a.	2,99%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	5.917	5.844	13/09/2023	5.789 / 5.789	IPCA + 6.17%	-	set/30	A partir de ago/26 a.a.	3,60%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	37.015	36.567	13/09/2023	36.211 / 36.211	IPCA + 6.45%	-	set/33	A partir de ago/26 a.a.	3,67%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	-6.012	-6.381										
Marcação à Mercado de Dívida	4.889	9.458										
Total	673.221	683.092										

(1) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no período de 31 de março de 2024 demonstradas na nota explicativa nº 30;

(2) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia;

Notas Explicativas

- (3) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2025	31.662
2026	209.229
2027	72.370
2028	21.916
Após 2028	180.053
Total	515.230

19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	163.202	157.153
Encargos Sociais	7.181	7.870
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	18.330	13.854
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.629	2.880
Contribuições ao PIS e à COFINS	11.798	10.470
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	393	400
Imposto Sobre Serviços - ISS	564	776
Impostos e contribuições retidos	1.065	1.275
Total	207.162	194.678
Circulante	78.700	71.424
Não circulante	128.462	123.254

- (1) Inclui: (i) R\$70.914 (R\$68.586 em 31 de dezembro de 2023) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$56.719 (R\$53.761 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida, o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a

Notas Explicativas

COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, decisão favorável no processo da CFLO, EBR, ENA e ESS, empresas incorporadas em 2017. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconheceu em 2021, o montante de R\$411.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido, mesmo que uma de suas ações ainda não tenham transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022, a Lei nº14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial - passivo não circulante	245.895	364.503
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	4.250	27.940
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(251)	(1.387)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	-	(145.161)
Saldo final - passivo não circulante	249.894	245.895
Circulante	18.976	48.573
Não Circulante	230.918	197.322

Notas Explicativas

21. Encargos setoriais e incorporação de redes

21.1. Encargos setoriais

	31/03/2024	31/12/2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	6.691	6.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ^(1 e 2)	658	-
Ministério de Minas e Energia - MME ^(1 e 2)	329	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	3.849	3.376
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	14.005	13.448
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	15.856	21.368
Total	41.388	44.922
Circulante	26.242	31.796
Não circulante	15.146	13.126

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 9 - Outros créditos - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

21.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial - circulante	255	169
Adições	171	131
Atualização monetária e juros	18	38
Pagamentos	(143)	(83)
Saldo final - circulante	301	255

Notas Explicativas

22. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

22.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos, e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	31/03/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023 e 31/12/2022 - não circulante	7.653	7.398	15.051	15.067
Constituições de provisões	986	4.128	5.114	8.105
Reversões de provisões	(250)	(1.099)	(1.349)	(1.777)
Pagamentos realizados	(288)	(3.076)	(3.364)	(6.817)
Atualização monetária	363	90	453	473
Saldo em 31/03/2024 e 31/12/2023 - não circulante	8.464	7.441	15.905	15.051

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$107.676 (R\$105.404 em 31 de dezembro de 2023) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por doença ocupacional, bem como ações de ex-empregados, de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa, (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; e (ix) ações de regresso.

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

Notas Explicativas

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	31/03/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023 e 31/12/2022 - não circulante	12.777	27.344	67.839	3.905	13	111.878	124.423
Novos processos	-	2.440	-	-	-	2.440	2.958
Mudança de prognóstico e valor pedido	(331)	268	61	-	-	(2)	(23.841)
Encerramento de processos	(77)	(619)	-	-	-	(696)	(3.017)
Atualização monetária	339	527	1.760	105	-	2.731	11.355
Saldo em 31/03/2024 e 31/12/2023 - não circulante	12.708	29.960	69.660	4.010	13	116.351	111.878

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, bem como ações de ex-empregados, de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa, (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; e (ix) ações de regresso.

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se, basicamente, a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ; e (iv) CSLL.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

23. Outros passivos

	31/03/2024	31/12/2023	
Folha de pagamento	275	280	M
Participações empregados e administradores	10.116	7.728	Saldo
Outros benefícios a empregados	1.336	1.201	1
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	1.713	2.126	2
Retenção de caução contratual	454	431	3
Adiantamento de consumidores	11.136	9.202	4
Bônus de redução voluntária de consumo	299	299	5
Taxas - Faturamento	1.551	1.551	6
Convênio de arrecadação	241	247	7
Outras contas a pagar	2.232	846	8
Total	29.353	23.911	9
Circulante	28.568	23.064	10
Não circulante	785	847	11
			12
			13
			14
			15
			16
			17
			18
			19
			20
			21
			22
			23
			24
			25
			26
			27
			28
			29
			30
			31
			32
			33
			34
			35
			36
			37
			38
			39
			40
			41
			42
			43
			44
			45
			46
			47
			48
			49
			50
			51
			52
			53
			54
			55
			56
			57
			58
			59
			60
			61
			62
			63
			64
			65
			66
			67
			68
			69
			70
			71
			72
			73
			74
			75
			76
			77
			78
			79
			80
			81
			82
			83
			84
			85
			86
			87
			88
			89
			90
			91
			92
			93
			94
			95
			96
			97
			98
			99
			100

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 31 de dezembro de 2023) todas nominativas e sem valor nominal.

24.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$64.837, equivalentes a R\$667,65580453497 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 1º de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

25. Receita operacional

	31/03/2024			31/03/2023		
	Nº de consumidores ⁽²⁾	MWh ⁽²⁾	R\$	Nº de consumidores ⁽²⁾	MWh ⁽²⁾	R\$
Residencial	751.486	470.010	388.724	738.630	399.401	290.237
Industrial	4.227	49.506	45.781	3.978	57.168	44.849
Comercial	65.830	161.186	146.748	64.148	159.576	126.665
Rural	42.919	72.898	54.779	43.526	67.433	43.969
Poder público	7.512	35.617	29.581	7.280	29.986	22.471
Iluminação pública	831	38.817	18.623	762	42.173	18.283
Serviço público	1.300	37.655	29.111	1.264	37.111	25.121
Consumo próprio	188	1.148	-	192	990	-
Subtotal	874.293	866.837	713.347	859.780	793.838	571.595
Suprimento de energia a concessionárias	-	32.547	1.728	-	64.112	8.115
Fornecimento não faturado líquido	-	10.620	8.811	-	3.923	5.562
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	465	-	111.777	350	-	100.075
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	55.838	-	-	54.376
Penalidades regulatórias	-	-	(1.846)	-	-	(956)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.441	-	-	3.457
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(53.799)	-	-	8.854
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	44.227	-	-	31.818
Outras receitas operacionais	-	-	15.557	-	-	25.063
Total - receita operacional bruta	874.758	910.004	899.081	860.130	861.873	807.959
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	143.603	-	-	108.387
PIS	-	-	11.303	-	-	10.226
COFINS	-	-	52.062	-	-	47.104
ISS	-	-	4	-	-	3
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.034	-	-	928
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	-	508	-	-	232
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	106.281	-	-	92.752
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.016	-	-	1.392
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.016	-	-	1.392
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	508	-	-	696
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	506	-	-	503
Total - deduções da receita operacional	-	-	318.841	-	-	263.615
Total - receita operacional líquida	874.758	910.004	580.240	860.130	861.873	544.344

Notas Explicativas

(1) **Receita de construção da infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica;

(2) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽²⁾		Valores em R\$ mil	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Energia de Itaipu - Binacional	178.400	177.885	35.148	32.906
Energia de Leilão	451.403	387.466	91.429	82.213
Energia Bilateral	159.425	149.402	52.966	52.687
Cotas de Angra	35.205	34.521	12.018	11.385
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	-	-	5.028	129
Cotas Garantia Física	187.430	205.416	29.552	29.926
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	17.792	17.716	11.808	12.946
Encargo de Energia de Reserva - ERR	-	-	17.633	23.033
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(23.313)	(23.065)
Total	1.029.655	972.406	232.269	222.160

(1) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços de Sistema - ESS;

(2) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

27. Outros Resultados

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas		
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	626	468
Outras	311	-
	937	468
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(5.371)	(1.715)
Outras	(1.375)	(3.048)
	(6.746)	(4.763)
Total	(5.809)	(4.295)

28. Lucro por ação

	31/03/2024	31/03/2023
Numerador		
Lucro líquido do período	46.157	45.281
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$⁽¹⁾	475,85	466,81

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas Explicativas

29. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2024	31/12/2023
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	111	111
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.507	1.508
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	494	494
Auto Frota	23/10/2024	Até R\$1.110 /veículo	84	84
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	65.991	193	195
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	40	40
Transporte Nacional	30/07/2024	Até R\$5.000/viagem	13	10
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	30/06/2024	1.061/drone	5	1
			2.447	2.443

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no período foram de R\$3.441(R\$8.319 em 31 de dezembro de 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		67.327	67.327	69.656	69.656
Consumidores e concessionárias		458.568	458.568	426.267	426.267
Títulos de crédito a receber		2.396	2.396	2.394	2.394
Ativos financeiros setoriais		22.769	22.769	43.131	43.131
		551.060	551.060	541.448	541.448
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	211.411	211.411	174.377	174.377
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	230.455	230.455	217.816	217.816
Instrumentos financeiros derivativos	2	61.155	61.155	61.608	61.608
		503.021	503.021	453.801	453.801

PASSIVO	Nível	31/03/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		257.886	257.886	271.873	271.873
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.333.688	1.334.756	1.337.536	1.339.766
Arrendamentos operacionais		668	668	635	635
Passivos financeiros setoriais		114.984	114.984	90.750	90.750
		1.707.226	1.708.294	1.700.794	1.703.024
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	33.538	33.538	36.380	36.380
		33.538	33.538	36.380	36.380

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de março de 2024, essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às

Notas Explicativas

mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$4.569 (R\$2.553 em 31 de março de 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra, forma surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2024, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$410 devedor (R\$1.410 em 31 de março de 2023) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Dívida ⁽¹⁾	1.333.688	1.337.536
Caixa e equivalentes de caixa	(67.327)	(69.656)
Dívida líquida	1.266.361	1.267.880
Patrimônio líquido	578.076	597.024
Índice de endividamento líquido	2,19	2,12

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazo e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

Notas Explicativas

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		250.480	-	-	-	7.406	257.886
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	11,91%	272.216	228.441	650.474	141.403	329.882	1.622.416
Instrumentos Financeiros Derivativos		(22.115)	20.763	(5.586)	2.011	(22.690)	(27.617)
Total		500.581	249.204	644.888	143.414	314.598	1.852.685

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas pode ocasionar uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	67.327	69.656
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	211.411	174.377
Consumidores e concessionárias	5	458.568	426.267
Ativos financeiros setoriais	8	22.769	43.131
Títulos de créditos a receber	-	2.396	2.394
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	230.455	217.816
Instrumentos financeiros derivativos	30	61.155	61.608

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2024, excluído os efeitos dos custos com captação é de R\$1.340.936 (R\$1.345.324 em 31 de dezembro de 2023), cerca de R\$182.777 (R\$174.935 em 31 de dezembro de 2023) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 17 e nº 18.

Para os contratos suscetíveis às variações do dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de março de 2024, com aumento de 3,20% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$4,9962/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2024 era de 5,82%, enquanto 2023 foi de 9,87%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante	33.272	32.005
Ativo não circulante	27.883	29.603
Total do ativo	61.155	61.608
Passivo circulante	31.920	34.220
Passivo não circulante	1.618	2.160
Total do passivo	33.538	36.380

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 31 de março de 2024, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge*.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
	(moeda estrangeira)	Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	46.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2024	31/12/2023		31/03/2024	31/12/2023
Dívida designada para Fair value Option	204.452	204.452	Moeda Estrangeira - USD	(182.722)	(174.899)
Swap Cambial (Derivativo)	204.452	204.452	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD	182.722	174.899
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(212.746)	(206.542)
			Posição Líquida Swap	(30.024)	(31.643)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(212.746)	(206.542)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2024	31/12/2023		31/03/2024	31/12/2023
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	233.861	233.861	Taxa Pré-Fixada	(223.432)	(225.927)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	233.861	233.861	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	301.348	301.720
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(243.707)	(244.849)
			Posição Líquida Swap	57.641	56.871
			Posição Líquida Dívida + Swap	(165.791)	(169.056)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

Notas Explicativas

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para *Swaps*). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2024, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(204.452)		(197.034)	(240.860)	(284.686)
Variação da Dívida	-		7.418	(36.408)	(80.234)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	182.722	Alta Câmbio	175.304	219.130	262.956
Derivativos	-		(7.418)	36.408	80.234
Variação	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(212.746)		(212.746)	(212.746)	(212.746)
Derivativos - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(30.024)		(37.442)	6.384	50.210
Total Líquido	(234.476)		(234.476)	(234.476)	(234.476)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva do dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria de R\$234.476 em ambos os casos.

Notas Explicativas

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2024, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(233.861)		(233.861)	(233.861)	(233.861)
Variação da Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	301.348		301.348	301.348	301.348
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(243.707)		(243.707)	(255.240)	(266.635)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(11.533)	(22.928)
Subtotal	57.641		57.641	46.108	34.713
Total Líquido	(176.220)		(176.220)	(187.753)	(199.148)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2024 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	211.411	Alta CDI	17.970	22.463	26.955
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(212.746)	Alta CDI	(18.083)	(22.604)	(27.125)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(666.960)	Alta CDI	(56.692)	(70.865)	(85.038)
	(476.657)	Alta IPCA	(9.962)	(12.453)	(14.943)
	(14.542)	Alta INPC	(321)	(401)	(482)
Subtotal ⁽²⁾	(1.370.905)		(85.058)	(106.323)	(127.588)
Total (Perdas)	(1.159.494)		(67.088)	(83.860)	(100.633)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2025 (8,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2024, IPCA 2,09 % ao ano, INPC 2,21% ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$29.969.

Notas Explicativas

31. Benefícios pós-emprego

31.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de saúde	Plano de Previdência				Total	
		Plano Atuarial - Plano BD	Contrato de Dívida		Total de Previdência	31/03/2024	31/12/2023
			Plano BD	Plano CD			
Total	36.371	25	2.755	11.787	14.567	50.938	50.083
Circulante	4.115	-	181	1.590	1.771	5.886	5.886
Não Circulante	32.256	25	2.574	10.197	12.796	45.052	44.197
Benefícios Pós-Emprego						36.396	35.342
Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas						14.542	14.741

31.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos planos previdenciários é realizada pela EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Em 31 de março de 2024, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$706 (R\$689 em 31 de março de 2023).

31.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefícios pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pós-pagamento:** as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- Pré-pagamento:** as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No período findo em 31 de março de 2024, as despesas com o plano de saúde foram de R\$2.550 (R\$ 2.016 em 31 de março de 2023). Inclui R\$147 (R\$147 em 31 de março de 2023) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

Notas Explicativas

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia - reais mil ⁽¹⁾					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2024 a 2054	652.798	814.304	798.966	767.948	8.402.704

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de março de 2024 e foram homologados pela ANEEL.

33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2024	31/12/2023
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	9.302	43.771
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	3.441	8.319
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	21.909	30.072
Incorporação de redes	171	131
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	21.909	30.072
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	171	131

34. Eventos subsequentes

34.1. Recebimento de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 23 de abril de 2024, por meio do Despacho nº 1.239/2024, a Aneel homologou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às distribuidoras. A Companhia recebeu em 29 de abril de 2024 o valor de R\$14.363.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Presidente Prudente - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de

Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa

Audidores Independentes Ltda. Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 8 de maio de 2024.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 8 de maio de 2024.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP